



A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 EM NILÓPOLIS: UM OLHAR PARA O RELATO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA

Bruno Sergio Scarpa Monteiro Guedes¹

Resumo: Nesta pesquisa, buscou-se analisar a partir dos relatos dos professores de História de uma instituição estadual de ensino no município de Nilópolis, como a Lei 10.639/2003 estava sendo recepcionada naquele estabelecimento de ensino, especialmente para a discussão das relações étnico-raciais e também para o ensino de História. O objetivo destas entrevistas permitiu compreender, através dos discursos produzidos pelos mesmos e co-construídos entre pesquisador e entrevistados, se as diretrizes da Lei 10.639/2003 estavam sendo cumpridas naquele estabelecimento de ensino.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003; relatos docentes; ensino de história.

THE IMPLEMENTATION OF LAW 10.639/2003 IN NILÓPOLIS: A LOOK AT THE HISTORY TEACHERS' REPORT

Abstract: In this research, we analyze from the reports of the history teachers of a state educational institution in the county of Nilópolis, as the Law 10.639/2003 was being received at that school education establishment, especially for the discussion of ethnic-racial relations and for teaching history. The goal of this interview allowed us to understand, through the speeches made by them and co-constructed between researcher and interviewed, if the guidelines of law 10.639/2003 were fulfilled in this school space.

Key-words: Law 10.639 / 2003; teacher reports; teaching history.

LA MISE EN ŒUVRE DE LA LOI 10.639/2003 À NILÓPOLIS: UN REGARD SUR LE RAPPORT DES ENSEIGNANTS D'HISTOIRE

Résumé: Dans cette recherche, nous avons cherché à analyser à partir des rapports des enseignants de l'histoire d'un établissement d'enseignement public dans la municipalité de Nilópolis, comment la loi 10.639 / 2003 était en cours de réception dans cet établissement d'enseignement, en particulier pour la discussion des relations ethno-raciales et aussi pour l'enseignement de l'histoire. L'objectif de ces entretiens nous a permis de comprendre, à travers les discours produits et co-construit entre le chercheur et les personnes interrogées si les directives de la loi 10.639 / 2003 étaient respectées dans cet établissement d'enseignement.

Mots-clés: Loi 10.639/2003; rapports d'enseignants; enseignement de l'histoire.

LA IMPLEMENTACIÓN DE LA LEY 10.639/2003 EN NILÓPOLIS: UNA MIRADA AL RELATO DE LOS PROFESORES DE HISTORIA

Resumen: En esta investigación, se buscó analizar a partir de los relatos de los profesores de Historia de una institución estadual de enseñanza en el municipio de Nilópolis, como la ley

¹ Doutorando em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense, linha de pesquisa Histórias e Políticas. É professor de História na prefeitura do Rio de Janeiro.

10.639 / 2003 estaba siendo recibida en aquel establecimiento de enseñanza, especialmente para la discusión de las relaciones étnico-raciales y, también para la enseñanza de la historia. O objetivo dessas entrevistas era entender, através dos discursos produzidos por eles e co-construídos entre o pesquisador e os entrevistados, se as diretrizes da Lei 10.639 / 2003 estavam sendo cumpridas nessa instituição educacional.

Palabras-clave: Ley 10.639 / 2003; relatos docentes; enseñanza de historia.

INTRODUÇÃO

Os dados destas entrevistas foram gerados em 22 de fevereiro de 2016 (Alexandre e Marcelo). Trata-se do relato de professores de História que atuam como professores de História nessa instituição de ensino.

A concessão das entrevistas foi obtida através de negociações entre pesquisador e entrevistados mediante acordos prévios, com no mínimo 15 dias de antecedência. Nestas negociações, foram discutidos o melhor local para se realizar a entrevista, assim como o estabelecimento do horário, o assunto que seria abordado e a representação nominal do entrevistado no áudio e na transcrição das conversas, devido ao contexto violento no qual envolve o cenário da pesquisa. Todas as informações citadas e que foram estabelecidas em acordos prévios entre os participantes da entrevista foram efetivadas por intermédio da autorização formal para a gravação em áudio, respeitando-se, desta forma, as condutas de ética estabelecidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) no que diz respeito às entrevistas realizadas com seres humanos. Conforme apontado por Garcez (2014), os atores sociais precisam autorizar a gravação do áudio gerado nas entrevistas, seja através de um termo de consentimento e/ou pela aprovação do entrevistado no próprio áudio no qual se concede a entrevista, garantindo, desta forma, o comprometimento ético para as pesquisas realizadas com seres humanos.

Para a realização da entrevista com os professores Alexandre e Marcelo, houve a necessidade de acontecer em local público, de preferência próximo à instituição de ensino na qual os mesmos lecionam, em virtude de outros compromissos que os docentes possuíam, acarretando na falta de tempo e disponibilidade para o deslocamento a outros lugares que não fossem nas redondezas da escola, ressaltando que os professores são moradores de municípios relativamente distantes de Nilópolis. No que se refere ao cenário da entrevista e da disposição de entrevistador e entrevistado, estes

encontros sociais ocorreram numa praça pública próxima à escola, onde nos posicionamos face a face alocados em bancos de concreto, separados por uma mesa também de concreto de aproximadamente 80cm quadrados onde ficou posicionado o gravador de áudio. Ressalta-se que as entrevistas com Alexandre e Marcelo ocorreram no mesmo dia, porém foram entrevistas individuais sem a presença de ouvintes no momento da interação.

Em relação ao primeiro entrevistado, Alexandre, o mesmo considera-se negro e atua como professor de História na instituição de ensino pesquisada desde 2008. Em relação às informações pessoais do professor, o mesmo nos informou que é casado e tem dois filhos.

Marcelo também se considera negro e está na instituição de ensino desde 2010. Ele informou que, no momento, é solteiro e que sua relação de convivência no município de Nilópolis é meramente profissional, dizendo não possuir nenhum parente ou amigo mais próximo que resida no município.

Acredito que se torna primordial, como ferramenta de análise da entrevista em situações conversacionais, o conceito de enquadre desenvolvido por Goffman (1974). O sociólogo informa que, nos encontros sociais realizados entre dois ou mais indivíduos, especialmente em que a disposição dos participantes caracteriza-se pela interação face a face, os sujeitos estarão constantemente envolvidos com a manutenção e/ou sugerindo enquadres do seu eu (self). Ressalta-se que, a partir destes alinhamentos assumidos e, de uma maneira geral, no contexto interacional em que estão abarcados os participantes, o discurso será organizado e orientado.

O conceito de footing (Goffman, 1974), que é um desdobramento do conceito de enquadre no discurso, caracteriza-se por buscar a compreensão da dinamicidade dos enquadres e do discurso propriamente dito produzido entre os atores sociais envolvidos numa conversa ou entrevista, mas, de uma forma mais geral, num encontro social. Nesse sentido, o conceito de footing busca representar o alinhamento assumido pelo sujeito entrevistado em relação ao contexto social que o cerca, em relação aos outros sujeitos que possam estar a sua volta e que, no momento da entrevista, estejam inseridos

no contexto de sua análise, e, também, do eu assumido pelo entrevistado em relação a si próprio, seja como cidadão, profissional e até mesmo como sujeito crítico para as questões que permeiam a sociedade.

Contudo, os alinhamentos e os discursos produzidos pelos entrevistados serão gerenciados pelos mesmos, mas não tendo a garantia por parte destes mesmos participantes que os discursos serão sustentados ao longo da entrevista. Logo, recai sobre o olhar e a sensibilidade do entrevistador observar e analisar quais foram as informações, nível de argumentação, precisão, coerência e lucidez construídas ao longo da entrevista, para o encadeamento das opiniões, perspectivas e propostas pelos sujeitos entrevistados em sua pesquisa.

Atentando-se aos estudos de Goffman (2002) no que se refere à disposição entre os participantes num determinado encontro social, recorreu-se na posição de entrevistador que as pistas visuais e linguísticas proporcionadas pelos entrevistados, seja pela movimentação corporal, postura, gesticulações, tom de voz e pela alternância do código de sinais linguísticos, nos servissem de parâmetros para nossa análise.

Portanto, nesse sentido, para análise das entrevistas desta pesquisa, foi programado um roteiro semiestruturado em que pudesse ser abordado, através dos relatos dos professores de História da escola pesquisada, o processo de implementação da Lei 10.639/2003 em relação a três eixos temáticos: a) o currículo de História; b) a percepção dos docentes no que diz respeito ao posicionamento da direção escolar para o processo de implementação da Lei na instituição de ensino; e c) a formação e atuação profissional dos docentes com vistas às questões étnico-raciais e, de uma maneira geral, para a história da África. Buscou-se constantemente, durante o período de análise dos relatos, que os alinhamentos, posicionamentos e enquadres dos docentes pudessem dialogar discursivamente, atentando para os pontos de concordância, coerência, lucidez e discrepâncias construídas ao longo das entrevistas.

No desenvolvimento da transcrição das entrevistas, optou-se por utilizar as convenções de transcrição desenvolvidas por Jefferson (1974), na tentativa de nos aproximarmos do contexto vivido no momento do encontro social entre pesquisador e



entrevistados, mas atentamo-nos para que as simbologias utilizadas ao longo das transcrições não causassem estranhamento aos Leitores, especialmente pela multiplicidade de variações e informações que cada simbologia corresponde. Portanto, decidi em não refinar tanto as transcrições e utilizar os sinais necessários para a compreensão das entrevistas.

O primeiro eixo temático a ser discutido durante as entrevistas foi o currículo de História. Portanto, logo no início das entrevistas, questionei os docentes sobre a inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira no currículo de História e de que forma os professores observavam as questões previstas na Lei 10.639/2003 serem abordadas nos materiais pedagógicos escolares, mais especificamente nos livros didáticos de História. Ressalto que, estruturalmente, o corpo das entrevistas, divididas entre os eixos temáticos, consta apenas com o recorte do discurso dos docentes, entretanto todas as entrevistas constam na íntegra nos anexos 1 e 2 deste artigo, correspondendo aos relatos completos de Alexandre e Marcelo, respectivamente.

Eixo temático 1: O Currículo de História

Sequência 1:

13- 14- 15- 16- 17- 18- 19- 20- 21- 22- 23- 24- 25- 26- 27- 28- 29-	Alexandre	É... as diretrizes da Lei 10.639 vem a demonstrar o quanto o currículo de História precisa de modificações, é... principalmente em relação a história da África. Eu particularmente ainda vejo uma movimentação bem tímida na instituição de ensino em relação à aplicação da Lei. Ainda assim, podemos considerar que desde o momento da criação da Lei, até os dias de hoje, é... os livros didáticos de História não acataram de certa forma as obrigatoriedades da Lei, é... e principalmente as contribuições das populações africanas na formação da sociedade brasileira. E... essa abordagem em relação a história da África NÃO é realizada como deveria ser ou que como pelo menos, a Lei obriga essa nova abordagem. Ainda encontramos um grande preconceito nas narrativas desses povos africanos, e... quando são descritas as suas histórias, é... se relacionam a passagens é... que não abordam com a especificidade que deveria ser realizada. São histórias parciais e principalmente superficiais em relação ao continente africano, que consequentemente, acredito que geram preconceitos justamente
---	-----------	--



30-		pela falta de conhecimento.
-----	--	-----------------------------

Sequência 2:

13- 14- 15- 16- 17- 18- 19- 20- 21- 22- 23- 24- 25-	Marcelo	A aplicação da Lei 10.639, encontra muitas dificuldades para ser implementada no currículo de História. Eu digo isso porque os livros didáticos de História, ainda continuam cheios de DISCRIMINAÇÃO e preconceito em relação a África. A estrutura do ensino de História, é..., sofreu poucas modificações em relação às narrativas históricas. Valoriza-se ainda muito a história das grandes nações e principalmente a do continente europeu, e a própria história dos Estados Unidos. Enquanto isso, a..., nós observamos como professores de História, observamos a África e a história dos povos negros, são RELATADAS a partir do contato com essas civilizações europeias. E portanto, é.... eu percebo que a história, em relação a história da África é totalmente preconceituosa e infelizmente discriminatória.
---	---------	---

Ao iniciar as entrevistas com uma breve descrição sobre por qual motivo as mesmas estão sendo realizadas – cuja íntegra consta nos anexos 1 e 2 –, fazendo menção à noção de ponto presente nos estudos de Labov e Waletzky (1972), adentro formalmente os objetivos destas entrevistas. No entanto, busco situar formalmente o posicionamento estabelecido inicialmente de entrevistador/entrevistados e caracterizo o motivo dos encontros sociais e as perspectivas do que, como pesquisador, anseio para o futuro de nossas conversas. Em seguida, especifico do que trata a Lei 10.639/2003, objeto desta pesquisa para o campo de História, e, de certa forma, insiro os entrevistados no contexto da Lei, resguardando-me de um possível desconhecimento, por parte dos entrevistados, sobre o tema da Lei e de suas diretrizes para o campo do ensino de História.

Alexandre, em sua primeira intervenção em relação ao currículo de História (linhas 13-14, sequência 1) “as diretrizes da Lei 10.639 vêm a demonstrar o quanto o currículo de História precisa de modificações”, transparece possuir lucidez sobre as



diretrizes da Lei 10.639/2003 e de sua importância para o ensino de História, especialmente para os estudos da história da África. Logo em seguida, ao dizer que, na instituição de ensino na qual leciona, há uma “movimentação bem tímida... em relação à aplicação da Lei” (linhas 16-17), percebo e projeto, mesmo que inicialmente, possíveis relatos do professor que pudessem corroborar com sua afirmação e que, dentre os fatores elencados pelo mesmo, justificassem esse alinhamento inicial. Ressalva-se que, nesse momento da entrevista, Alexandre transparece serenidade e confiança nos argumentos elencados para justificar seu ponto de vista, seja pela sua fala que não sofre alternâncias de intensidade e pela precisão com as palavras. Destaca-se, nesse primeiro momento, que Alexandre busca utilizar um termo no qual não se colocasse em xeque o posicionamento da direção da instituição de ensino em relação à Lei 10.639/2003, ao dizer que existe “uma movimentação bem tímida” (linhas 16-17, sequência 1).

Marcelo é bastante categórico e já, nas primeiras frases da entrevista, nos informa dos percalços para a aplicação da Lei 10.639/2003 no currículo de História (linhas 13-14, sequência 2). Seu direcionamento principal para justificar a não aplicação da Lei 10.639/2003 no ensino de História refere-se aos livros didáticos (linhas 2-13, sequência 2). As palavras “discriminação” (linha 3, sequência 2) e “relatadas” (linha 10, sequência 2), que recebem ênfase no seu discurso, apontam naquele momento para um tom de insatisfação em relação ao planejamento e à narração da história da África nos livros didáticos de História. O descontentamento em relação à abordagem dos povos negros e da história da África nos livros didáticos de História manifesta-se mais abertamente ao dizer “eu percebo que a história, em relação a história da África é totalmente preconceituosa e infelizmente discriminatória” (linhas 11-13, sequência 2).

Na continuidade das entrevistas de Alexandre (linhas 18-30, sequência 1) e Marcelo (linhas 14-25, sequência 2), os professores abordam especificamente a narração da história dos negros nos livros didáticos de História e da história da África nos livros utilizados pela instituição de ensino no período em que atuaram/atuam como professores de História. Seus apontamentos assinalam para a perpetuação da discriminação e de estereótipos em relação à história da África e da comunidade negra, poucas modificações em relação às narrativas históricas dos povos africanos e um



modelo de ensino engessado no que se refere à organização dos conteúdos. Na concepção dos professores, não houve mudanças significativas em relação à representatividade dos negros nas narrações históricas, especificamente no livro didático de História, confirmando que a marginalização social e a pobreza são características bem presentes nas representações dos negros e da África respectivamente. É preciso salientar, a esta altura, que os relatos apresentados pelos professores possuem uma sustentação coerente, levando-se em consideração as problemáticas e obstáculos elencados pelos participantes desde o início desta entrevista. Contudo, posteriormente, os professores começam a especificar os elementos que corroboram seus alinhamentos – Alexandre (linhas 24-29, sequência 1) e Marcelo (linhas 16-23, sequência 2) –, criando conexão com a pergunta que lhes foram endereçadas em relação à representatividade dos negros nos livros didáticos, realizada por mim ao iniciar a entrevista, demonstrando um poder de articulação e de consciência ao contexto da entrevista.

Ao observar os comportamentos e alinhamentos assumidos pelos professores em relação ao currículo de História no que se refere à aplicação da Lei 10.639/2003 na instituição de ensino na qual lecionaram/am, percebe-se, pelos discursos produzidos, uma atmosfera de contestação, desabafo e, em alguns momentos, de denúncia. Os alinhamentos registrados pelos docentes buscaram transparecer ou até mesmo enquadrar os seus respectivos “eus” como profissionais da educação que não aprovam e/ou compactuam com os caminhos percorridos pela instituição de ensino para aplicação da Lei 10.639/2003, na organização dos livros didáticos utilizados na escola e do currículo de História do Estado do Rio de Janeiro. De uma maneira geral, é como se os professores pronunciassem: o currículo e os livros didáticos de História precisam de ajustes em relação à história da África e nós, professores, não podemos ajudar nesses assuntos, porque não é de nossa competência. Ou seja, apesar de haver a consciência de que o currículo de História não abarca as diretrizes previstas na Lei 10.639/2003 para o ensino de História, os docentes preservam suas respectivas imagens - atreladas ao conceito de self - (Goffman, 1974), e se enquadram como profissionais que cumprem as determinações do currículo de História e dos conteúdos organizacionais dos livros didáticos. Portanto, as ações empreendidas pelos docentes, de acordo com os discursos

produzidos pelos mesmos e pela maneira que queriam ser observados, estariam em conformidade com as suas respectivas funções.

Quadro 1. resumitivo: Currículo e livro didático de História

<i>Professores</i>	<i>Percepções sobre a temática da Lei 10.639/2003 no currículo de História</i>	<i>Livros didáticos de História</i>
Alexandre	O currículo precisa de modificações.	Não acataram as obrigatoriedades da Lei 10.639/2003.
Marcelo	Encontra muitas dificuldades para ser implementada.	Continuam cheios de discriminação e preconceito em relação à África.

Acredito que seria de relevância primordial, para o rumo das entrevistas e para a produção desta pesquisa, que fosse possível o olhar dos docentes de História para os seus companheiros de profissão, possibilitando que pudesse se compreender a realidade social do ensino de História e da Lei 10.639/2003 sob novas perspectivas. Nesse caminho, também priorizei o olhar dos professores em relação à atuação da direção da escola no processo de implementação da Lei 10.639/2003 na instituição de ensino pesquisada. Sendo assim, o eixo temático 2 da análise das entrevistas será um campo permeado de discursos que precisaram ser colocados em discussão, não na tentativa de garantir a veracidade das informações geradas contrastando os alinhamentos dos professores, mas com o intuito de se conferir legitimidade na construção das análises a partir dos relatos dos mesmos.

Eixo temático 2: Posicionamentos assumidos por docentes e direção escolar em relação a aplicabilidade da Lei 10.639/2003

Sequência 3:

35-	Alexandre	O que eu posso dizer dos docentes de História, é... e eu me incluo neste posicionamento, é que buscamos cumprir as obrigatoriedades previstas na Lei, em relação ao ensino de História. Dificuldades são imensas, é... precisamos organizar uma abordagem mais
36-		
37-		
38-		



39- 40- 41- 42- 43- 44- 45- 46- 47-		aprofundada, para os assuntos que não tratem com propriedade a história das sociedades, e dos costumes, da política, é... e da economia das sociedades africanas e tentando buscar colocá-la em prática nas aulas, principalmente quando os assuntos não são tratados nos livros didáticos, neste caso nos de História. De uma forma geral, os professores de História sabem que a Lei não está sendo cumprida ou respeitada, mas dentro das possibilidades de cada professor, é... existe a busca para que a Lei 10.639 possa estar presente nas aulas de História.
---	--	--

Sequência 4:

54- 55- 56- 57- 58- 59- 60- 61- 62- 63- 64-	Alexandre	Eu consigo perceber que a direção da escola, não se posiciona como deveria se posicionar, é... não que atuem ou melhor que não liguem para as diretrizes da Lei, mas acho que há um RELAXAMENTO, para a proposta de atividades, que de certa forma, que possam contribuir para uma explanação da Lei na escola, e para alunos e professores em geral. Acho que o posicionamento da direção escolar é muito importante para motivar o quadro docente da escola e também para criar possibilidades e oportunidades de se desenvolver projetos para a melhoria da divulgação da Lei e de iniciativas de um modo geral, é... para colocar em prática nas aulas das demais disciplinas.
---	-----------	--

Sequência 5:

32- 33- 34- 35- 36- 37- 38- 39- 40- 41- 42-	Marcelo	Em relação aos docentes, em específico aos professores de História, é..., consigo perceber um esforço para suprir essa defasagem do currículo de História e também dos materiais pedagógicos, especificamente dos livros didáticos. E nós como professores, pelo menos eu posso falar, em relação aos professores de História, que nós nos comprometemos a partir do conhecimento que adquirimos em nossa carreira profissional e no período que estudamos nas universidades, na carreira acadêmica, seja por curso que fizemos ou por informações em outras fontes de estudo, e dessa maneira buscamos trazer para a rotina escolar, e principalmente para o conhecimento dos alunos e cumprir o que a Lei 10.639, é... esclarece
---	---------	--



43- 44- 45-		sobre a história da África e dos povos africanos em relação a temática, e como deveria ser abordado dentro do ensino de História.
-------------------	--	---

Sequência 6:

52- 53- 54- 55- 56- 57- 58- 59- 60- 61- 62- 63- 64- 65- 66-	Marcelo	No que diz respeito a direção da escola, eu diria que falta planejamento para as questões específicas da Lei 10.639. Para que eu possa dizer, é... desses profissionais que estão à frente da direção da escola, que estão abertos tá...à opiniões, e que pela grande demanda de tarefa, talvez possam deixar a desejar em algumas questões, e a Lei é uma delas. Infelizmente, como podemos dizer, a mobilização na escola em relação a história dos negros e da cultura afro-brasileira, em geral, por exemplo em relação ao dia 20 de novembro,ou alguma outra notícia que a mídia possa estar divulgando, e que esteja muito divulgada nesse momento, é que essas questões passam a ser discutidas na escola. Nós não temos engajamento ou pelo menos um histórico de ESTAR, é... trazendo o assunto da Lei 10.639 para as rotinas escolares, em função de muitos, do que posso dizer, (...) que possam permear as rotinas dessa instituição de ensino.
---	---------	---

Alexandre (sequência 3), ao se posicionar em relação aos docentes de História no que se remete à prática do ensino voltada para as questões étnico-raciais, referenciando a Lei 10.639/2003, busca um alinhamento ou enquadramento junto aos outros docentes de História da instituição de ensino. Portanto, ao discursar “eu me incluo neste posicionamento... buscamos cumprir... precisamos organizar” (linhas 35, 36, 38, sequência 3), Alexandre inclui-se imerso no campo de investigação, agora não só como sujeito nativo e crítico do cenário social de nossa análise e de sua respectiva interpretação, mas principalmente por alinhar-se, através dos pronomes pessoais “eu” e “nós” (linhas 35,36, sequência 3), aos demais professores e tornando-se, nessa dupla jornada assumida, a essa altura da entrevista, intérprete ou porta-voz da realidade social pesquisada e sujeito a ser analisado. Notadamente, a questão da coletividade é um traço marcante no discurso de Alexandre. Apesar de serem criados mecanismos em que

priorizei preservar a identidade dos participantes, compreendo que os locais de fala dos entrevistados pudessem influenciar nos seus relatos. Porém, na posição de pesquisador/entrevistador, interessa muito mais, nesse momento, perceber as pistas e os indícios proporcionados pelos professores que sustentem seus discursos e que, conseqüentemente, proporcionem coerência para os fatos elencados e explanados durante a entrevista.

Retomando as falas de Alexandre e o grau de coletivização trazido para o seu discurso, o mesmo passa a falar por si e por todos os professores de História (linha 35-47, sequência 3). Comumente, os sujeitos que assumem esse tipo de posicionamento nas mais diversas esferas sociais (política, mídia, instituições, entre outras) é porque possuem um conhecimento significativo das ações dos sujeitos que estão a sua volta e do cenário social no qual estão inseridos. Portanto, ao falar dos professores de História e, por livre e espontânea vontade, incluir-se nesse campo de análise, Alexandre aponta que as práticas desenvolvidas pelos professores de História da instituição de ensino pesquisada, com vistas à implementação da Lei 10.639/2003, estariam dentro das perspectivas que cabem aos professores.

No decorrer da entrevista, alguns assuntos pontuados por Alexandre criam conexão com os discursos produzidos na primeira sequência de sua entrevista (sequência 1), especialmente no que se refere ao currículo e aos livros didáticos de História. Deste modo, quando o professor diz “Dificuldades são imensas” (linha 38, sequência 3) e passa a elencar uma série de ações dos professores de História no seu cotidiano profissional, os relatos desse momento da sequência 3, “precisamos organizar uma abordagem mais aprofundada... tentando buscar colocá-la em prática nas aulas”, ganham complementaridade com os relatos da sequência 1 e trazem para a imagem (self), dos professores uma representação de superação e engajamento profissional. Em linhas gerais, é como se Alexandre dissesse: apesar de tudo, os professores de História estão comprometidos com as diretrizes da Lei.

Claro que, quando falamos em Lei, o próprio sentido da palavra já nos remete a algo que não possa ser contrariado, ou que, pelo menos, não deveria deixar de ser cumprido. Então, considerando que as diretrizes da Lei, neste caso a 10.639/2003, não



vêm sendo exercidas num espaço para o qual a mesma foi sancionada, inimaginavelmente os sujeitos que estejam diretamente relacionados à aplicação desta Lei se pronunciariam dizendo estarem cientes da existência da Lei, mas que não a exercem.

É preciso situar que estou entrevistando professores, profissionais que estão acostumados, de uma certa forma, com o discurso, com a oratória. Além disso, existe a cautela, no momento do discurso dos entrevistados, em não comprometer-se como servidor público, principalmente no que tange ao cumprimento de suas funções. Soma-se a todos esses fatores a presença de um agente externo à escola, que, na função de pesquisador/entrevistador, busca reunir informações e construir sentidos com os discursos ali produzidos, e que poderão estar ao acesso de outros pesquisadores, professores e profissionais da educação em geral.

Enfim, estava, na função de pesquisador, consciente que o interessante na geração dos dados das entrevistas, a partir do conceito de footing (Goffman, 2002), seria entender o alinhamento discursivo de cada professor em relação à aplicação da Lei 10.639/2003 na instituição de ensino pesquisada, com máxima atenção para a coerência dos relatos co-construídos, das pistas linguísticas, visuais e paralinguísticas observadas nestes encontros sociais.

Percebo, no caminho discursivo construído por Alexandre, que as diretrizes da Lei para o ensino de História estariam condicionadas às possibilidades de cada professor, já que o currículo e os livros didáticos não estão apropriados para colocar em discussão as questões previstas pela Lei. Mas as indagações que faço a esta altura seriam: a Lei não é para ser cumprida? A Lei, para ser cumprida, dependerá da atuação e do engajamento dos professores, caso o currículo e os livros didáticos não cumpram essa função norteadora?

Observa-se que Alexandre traça um panorama geral da aplicação da Lei 10.639/2003 no campo da História dizendo: “os professores de História sabem que a Lei não está sendo cumprida... mas dentro das possibilidades de cada professor... existe a busca para que a Lei 10.639 possa estar presente nas aulas de História” (linhas 44-47,



sequência 3). Poderíamos dizer que a “boa vontade” de um professor estaria relacionada à possibilidade de aplicação ou discussão de um conteúdo não abordado no livro didático? Na realidade Alexandre minimiza os trechos de seu discurso em relação à atuação dos professores, até porque fala de um grupo em que se encontra inserido.

No que tange à percepção de Alexandre em relação ao posicionamento da direção da escola no cumprimento das diretrizes previstas pela Lei 10.639/2003, o professor culpabiliza os gestores da instituição por falta de iniciativas e interesses em contribuir para que as orientações da Lei possam ser implementadas neste espaço escolar. É perceptível que, mesmo não concordando com o posicionamento da direção da escola em relação à aplicação da Lei, o tom e ritmo de voz de Alexandre são serenos e a utilização das palavras busca minimizar o seu descontentamento. Portanto, quando o mesmo diz “Eu consigo perceber que a direção da escola, não se posiciona como deveria se posicionar, é... não que atuem ou melhor que não liguem para as diretrizes da Lei, mas acho que há um RELAXAMENTO” (linhas 54-57, sequência 4), nota-se que, logo após a crítica, existe uma absolvição, já que estamos falando em Lei, para atuação dos gestores. Assim, Alexandre permite que entendamos a dificuldade da atuação docente para as questões étnico-raciais explanadas anteriormente, incumbindo a responsabilidade, mesmo que amena, aos gestores escolares, mas muito longe do que possam ser conceituados como irresponsáveis ou “foras da Lei”.

Ao adentrar no discurso de Marcelo (sequência 5) em relação aos docentes de História, muito de seus relatos assemelham-se à fala de Alexandre. O professor também traz um grau de coletivização para o seu discurso, “E nós como professores... nós nos comprometemos... buscamos trazer” (linhas 35-36, 37, 41, sequência 5), e também enquadra-se como analista da realidade social e profissional a ser observada pelas ações realizadas junto aos outros docentes de História na instituição de ensino. Novamente, o engajamento e o comprometimento com a docência ressurgem no discurso de Marcelo em relação aos professores, quando o mesmo diz que há um “esforço para suprir essa defasagem do currículo de História e também dos materiais pedagógicos, especificamente dos livros didáticos” (linhas 33-35, sequência 5). Marcelo e Alexandre buscam, com os seus relatos, traçar uma imagem positiva de si e dos demais professores



de História da escola pesquisada, que muito se assemelha ao conceito de self (Goffman, 1974). Para isso, utilizam palavras que os valorizam como profissionais no cumprimento de suas funções, como: “esforço” (linhas 33, sequência 5), “comprometemos” (linha 37, sequência 5), “cumprir” (linha 38, sequência 5), “buscamos trazer” (linha 41, sequência 5). Nesse momento, não há muito o que questioná-los, ambos os professores querem ser percebidos como profissionais competentes e responsáveis no que se remete às questões étnico-raciais neste espaço escolar, assim como buscam que tais percepções se estendam à imagem dos demais docentes de História da instituição.

No que diz respeito à direção da escola, “a falta de planejamento” (linha 52-53, sequência 6), para as diretrizes da Lei 10.639/2003, demonstram um posicionamento coerente, principalmente quando relaciona-se a continuidade da fala de Marcelo no decorrer da entrevista, especificamente para este tópico. No discurso do professor, pode ser observado que a discussão em torno das questões étnico-raciais no âmbito escolar passaria a ter uma dependência de uma possível repercussão que acontecesse fora dos muros da escola, para, assim, o tema ser debatido nas aulas. Como o professor relata, a motivação para a explanação da cultura afro-brasileira e da comunidade negra estaria atrelada às informações produzidas pelas mídias de comunicação ou quando chegasse o dia 20 de novembro, entendido nesse momento como o dia oficial para se realizar essa discussão.

Em seguida, Marcelo procura atenuar a posição dos gestores que estão à frente da instituição, dizendo que os mesmos “estão abertos tá...a opiniões, e que pela grande demanda de tarefa, talvez possam deixar a desejar em algumas questões” (linhas 55-57, sequência 6), num alinhamento de não comprometê-los na incumbência de suas respectivas funções, que muito se equivale aos relatos expostos anteriormente pelo professor Alexandre. Porém, foi mais à frente que Marcelo nos permitiu que pudesse ser traçado um estudo comparativo de seu discurso.

A franqueza de Marcelo, ao dizer “Nós não temos engajamento ou pelo menos um histórico de estar, é... trazendo o assunto da Lei 10.639 para as rotinas escolares” (linhas 62-64, sequência 6), desconecta-se de seu próprio discurso, especificamente em

relação ao engajamento e o comprometimento dos professores de História que anteriormente foram exaltados (linhas 33-43, sequência 5).

Indiscutivelmente, até o momento, dentre os relatos apresentados pelos professores Alexandre e Marcelo, o último é o que mais oscilou em suas interpretações. Em determinados momentos da entrevista, o professor nos garante que ele e os docentes de História são profissionais responsáveis e comprometidos com a história da África, da cultura afro-brasileira e, de uma maneira geral, para as questões da Lei 10.639/2003. Em outro momento, opõe-se a tudo que foi construído discursivamente e diz que não há engajamento nenhum dele e dos demais docentes de História com os assuntos da Lei na escola e nas aulas. Mas esse alinhamento de situar a si e os demais professores de História da escola como profissionais descompromissados com a Lei 10.639/2003 não são observados nas entrelinhas ou em pistas linguísticas utilizadas para tal análise, pelo contrário, Marcelo deixa bem explícito esse posicionamento numa franqueza que surpreende, especialmente pela oposição criada com os trechos anteriores de seu discurso, especificamente para este tópico: “No que diz respeito a direção da escola, eu diria que falta planejamento para as questões específicas da Lei 10.639” (linhas 52 – 53, sequência 6)...“Nós não temos engajamento ou pelo menos um histórico de ESTAR, é... trazendo o assunto da Lei 10.639 para as rotinas escolares” (linhas 63-65, sequência 6).

Nesse sentido, será de extrema importância acompanhar cautelosamente os alinhamentos e enquadres que surgirão no decorrer de sua entrevista, buscando compreender o nível de argumentação e coerência de seus discursos. Como parâmetro, não só em relação ao discurso de Marcelo, assim como o de Alexandre, é primordial realizar um estudo comparativo e interpretativo dos relatos dos professores, como vem acontecendo até o presente momento, com o intuito de “confeccionar” os discursos e conferir legitimidade para as análises.

Quadro 2. resumitivo: Olhares sobre atuação de docentes e direção

<i>Professores</i>	<i>Alinhamento</i>	<i>Percepções sobre o posicionamento da direção escolar</i>	<i>Percepções sobre o posicionamento dos demais docentes de História</i>



Alexandre	Coletivo	Não se posiciona como deveria se posicionar. Relaxamento para as questões da Lei 10.639/2003.	Busca para o cumprimento das obrigatoriedades previstas na Lei 10.639/2003.
Marcelo	Coletivo	Falta planejamento para as questões específicas da Lei 10.639/2003.	Esforço para suprir a defasagem do currículo de História e falta de engajamento. Discurso confuso.

No último eixo temático, dedico-me a aprofundar os conhecimentos sobre a formação profissional dos professores, especialmente com vistas às questões específicas que a Lei 10.639/2003 aborda, ou seja, busquei compreender se, na formação universitária dos docentes, houve contato com a disciplina história da África, e, caso não houvesse, quais foram as atitudes assumidas por esses profissionais para uma maior compreensão e explanação das diretrizes da Lei 10.639/2003 em suas respectivas aulas. Busco também observar quais seriam as iniciativas dos professores em relação a alguma conduta na instituição de ensino que pudesse ser considerada como racismo, analisando seus respectivos alinhamentos e ações para o enfrentamento destas situações.

Eixo temático 3: Formação e atuação profissional

Sequência 7:

70- 71- 72- 73- 74- 75- 76-	Alexandre	Eu me formei em 2004, e a Lei ainda não contemplava para o currículo da universidade em licenciatura em História, o estudo da história da África. Formalmente foi em 2007 que tive o prazer de aprofundar meus conhecimentos em relação às sociedades africanas. Foi um curso de especialização que me ajudou BASTANTE em ter o conhecimento que não foi possível obter na faculdade em relação a história da África.
---	-----------	---

Sequência 8:



83-	Alexandre	Com relação ao racismo no dia-a-dia na escola, na instituição de ensino, é... não é muito difícil você..., quando passa pelo corredor ou quando se senta à mesa com os professores, é... nos momentos de intervalos e reuniões, é... saber de algum caso entre alunos que... possa ser considerado racismo, através de apelidos, é... através de xingamentos, i... não é muito difícil. E o nosso posicionamento como docente é sempre tentar REPRIMIR esse tipo de conduta dos alunos, visando né sempre da melhor forma trazendo para o campo da discussão, para o campo do debate essas questões.
84-		
85-		
86-		
87-		
88-		
89-		
90-		
91-		
92-		

Sequência 9:

74-	Marcelo	Particularmente, eu não tive a oportunidade de ter a Lei 10.639 no currículo acadêmico. Eu me formei em 2006, e posteriormente pude fazer um curso de extensão, porque era da minha vontade, e eu gostaria de estar aprimorando meu conhecimento sobre a Lei 10.639, e foi a partir deste curso que eu pude ter um maior esclarecimento sobre a história da África, e dos povos negros, e... da sua real importância para a História, e para a sociedade brasileira em geral. Claro que outras informações eu pude trazer de outras Leituras que realizei, e desta forma, eu tento trazer na medida do possível, esse conhecimento para as aulas de História.
75-		
76-		
77-		
78-		
79-		
80-		
81-		
82-		
83-		

Sequência 10:

89-	Marcelo	Em relação ao racismo em si, dentro da instituição de ensino, é... os nossos alunos, a maioria deles são negros ou pardos, pretos ou pardos, i... o que eu posso dizer é que existem brincadeiras, entre eles, que possam ser taxadas de forma pejorativa, em relação ao
90-		
91-		
92-		



93-		preconceito a etnia negra, i... realmente possa estar colaborando para
94-		a perpetuação, se assim podemos dizer, do racismo na sociedade
95-		brasiLeira. Brincadeiras como chamar o outro de macaco ou então
96-		alguma outra situação que possa é..., se assim podemos dizer, que
97-		possam manchar a história do negro, ou então associá-los a coisas
98-		ruins, é como a maldição, mas eu percebo os alunos mesmos, eles
99-		tentam é... quando ocorrem esse tipo de brincadeira, eles leva pelo
100-		que percebo numa boa. E em relação aos professores sempre que
101-		existe (...) um tipo de situação que possa ocorrer essas desavenças
102-		(...), o professor não compactua com esse tipo de brincadeira. Eu
103-		tento esclarecer de acordo com os meus conhecimentos a maldade, se
104-		assim podemos dizer, os prejuízos que possa trazer a identidade
105-		negra e a sociedade brasiLeira em geral.
106-		

Alexandre e Marcelo em seus relatos, no que se refere à formação para os assuntos pertinentes a Lei 10.639/2003, posicionam-se dizendo que a temática e o aprofundamento destas questões só foram obtidos após a conclusão de seus cursos universitários, tendo em vista que ambos informaram que as grades curriculares universitárias não contemplavam a história da África: “e a Lei ainda não contemplava para o currículo da universidade em licenciatura em História, o estudo da história da África” (linhas 70-72, sequência 7) e “eu não tive a oportunidade de ter a Lei 10.639 no currículo acadêmico” (linhas 74-75, sequência 9). Contudo os docentes demonstram serem interessados nas questões étnico-raciais, tendo em vista a maneira na qual os mesmos se posicionaram: “Formalmente foi em 2007 que tive o prazer de aprofundar meus conhecimentos em relação às sociedades africanas” (linhas 72-74, sequência 7) e “e posteriormente pude fazer um curso de extensão, porque era da minha vontade, e eu gostaria de estar aprimorando meu conhecimento sobre a Lei 10.639” (linhas 75-78, sequência 9). Compreende-se, a partir destes alinhamentos, que os docentes trazem para suas respectivas imagens conceitos relacionados a comprometimento, possibilitando que



possam ser observados como responsáveis e conscientes, principalmente pela busca que realizaram para aprofundarem seus conhecimentos e trazerem essas informações para a instituição de ensino na qual lecionam.

Quando propus adentrar na percepção dos professores em relação à presença e manifestação do racismo na instituição de ensino, percebi, pelos relatos de Alexandre e Marcelo, o quanto o cenário de pesquisa está permeado de práticas que privilegiam a disseminação da discriminação racial em oposição aos negros. Iniciando a análise pelo discurso de Alexandre (linhas 83 – 92, sequência 8), é possível identificar, por intermédio de seus apontamentos, que o mesmo não procura se comprometer com algum relato em específico do que possa ser classificado como racismo. De uma forma superficial e generalizadora, pontua que o racismo está presente nesta escola e justifica os posicionamentos assumidos como docente para tal enfrentamento nestas situações: “é sempre tentar REPRIMIR esse tipo de conduta dos alunos” (linha 89-90, sequência 8). Alexandre não permite margens para campo de novas interpretações sobre o seu eu, para isso, de forma sucinta e coerente, não só pela organização e lucidez nos trechos desta parte da entrevista, mas também pelo ritmo linear e tom de voz sereno, busca para sua face e a dos demais docentes de História preservação, além de construir a imagem de profissionais comprometidos com as questões étnico-raciais e críticos para com os casos de racismo na instituição de ensino.

Segundo a perspectiva de Marcelo (sequência 10), não nos restam dúvidas de que práticas de perpetuação do racismo estão presentes no cotidiano da instituição de ensino. Existe, no posicionamento realizado pelo professor, o apontamento de ações discriminatórias realizadas pelos alunos entre si, seja através de xingamentos e apelidos desmoralizantes em que possam, como o próprio diz, “estar colaborando para a perpetuação, se assim podemos dizer, do racismo na sociedade brasileira” (linhas 94-95, sequência 10). No entanto, o posicionamento de professor comprometido, crítico e consciente da realidade social é sustentado para si e estendido aos demais docentes de História, “o professor não compactua com esse tipo de brincadeira” (linhas 102-103, sequência 10), enquadre o qual afasta qualquer interpretação em que se coloque em xeque as respectivas funções dos professores. Porém, ao observar minuciosamente as

palavras que Marcelo utiliza para caracterizar as ações que envolvem as práticas de racismo nesta escola, “brincadeiras, eles levam pelo que percebo numa boa, desavenças” (linhas 91; 100; 102, sequência 10), me preocupa o fato de estarmos lidando com o racismo, que, segundo a constituição federal, é considerado crime (BRASIL, 1988), por estarmos dentro de uma instituição de ensino que, a serviço da sociedade, deveria coibir qualquer atitude discriminatória racial e, finalmente, por estarmos diante de um profissional da educação que, em hipótese alguma, poderia compreender o racismo num campo de interpretação entre a brincadeira e o mal entendido.

É preciso considerar que as palavras destacadas anteriormente, por si só, não desconstroem o discurso de Marcelo no que se refere à sua atuação profissional, mas permite que se possa considerar estas pistas linguísticas como relevantes para o nosso campo de análise. Em seguida, Marcelo busca retomar discursivamente a imagem de professor responsável e correto, “Eu tento esclarecer de acordo com os meus conhecimentos a maldade, se assim podemos dizer, os prejuízos que possa trazer a identidade negra e a sociedade brasileira em geral” (linhas 104-106, sequência 10), alinhamento que procura sustentar desde o início da entrevista. Nota-se que a especificação de ações em que possam colocar a temática do racismo em discussão na escola sai da esfera coletiva, passando para a individual, alinhamento este em que o professor busca ratificar seu engajamento com as questões étnico-raciais, colocando novamente a sua imagem em preservação e longe de possíveis interpretações não satisfatórias sobre o seu eu.

Quadro 3. resumitivo: Formação e atuação profissional

<i>Professores</i>	<i>Formação para as questões étnico-raciais</i>	<i>Alinhamento</i>
Alexandre	Após a graduação, curso de especialização.	Como profissional que buscou superar a falta de conhecimento sobre a Lei 10.639/2003. Enquadre coletivo junto aos demais professores de História.
Marcelo	Após a graduação, curso de extensão.	Como profissional que buscou superar a falta de conhecimento sobre a Lei 10.639/2003. Enquadre coletivo junto aos demais professores de História.



CONSIDERAÇÕES FINAIS...

Os encontros sociais realizados nesta pesquisa com os professores de História, permitiram compreender as dificuldades encontradas para o processo de implementação da Lei 10.639/2003 na instituição de ensino. Os alinhamentos assumidos pelos docentes, possibilitou a compreensão de que as diretrizes da Lei estariam condicionadas ao posicionamento crítico e comprometido dos professores do que propriamente dito das ações que deveriam permear o cotidiano deste espaço escolar.

Contudo, verificou-se no discurso dos professores que a falta de planejamento e de iniciativas advindas da direção da escola, são observados pelos docentes como fator relevante para o não cumprimento das orientações previstas na Lei 10.639/2003. Sendo assim, a posição assumida pelos gestores escolares não buscaria promover uma discussão contínua sobre as questões étnico-raciais na instituição de ensino, ações que aos nossos olhares seriam essenciais ao processo de implementação da Lei 10.639/2003.

Partindo-se dos pressupostos preconizados por Denzin e Lincoln (2006), as entrevistas de natureza interpretativa aqui realizadas apropriaram-se de variadas práticas a fim de possibilitar um entendimento mais próximo da realidade social pesquisada. Portanto, além do áudio proporcionado pela interação entre os atores sociais destas entrevistas, buscou-se realizar a descrição densa dos momentos pertinentes a este encontro social em notas de campo. Portanto foram registrados movimentos, gestos e articulações dos professores entrevistados, exigindo o que Denzin e Lincoln (2006) definiram de pesquisador “bricoleur interpretativo” com a finalidade de se estabelecer significados e relações com as informações que se apresentavam no decorrer das entrevistas.

Nestes encontros sociais ‘face a face’ estabelecidos entre entrevistador e entrevistados, parto do pressuposto de que as práticas discursivas proporcionadas desta interação conversacional estariam a todo momento sujeitas a novas interpretações, conforme preconizado por Goffman (2002).



Nesse sentido, estava consciente de que os dados analisados aqui poderiam naturalmente ganhar novos contornos e problematizações dependendo dos olhares, do contexto em que se sucederam as entrevistas, assim como das técnicas e metodologias utilizadas pelo pesquisador para analisar os referidos dados da entrevista.

Contudo os caminhos percorridos nestas entrevistas e apontados discursivamente pelos entrevistados e co-construídas em diálogo com o entrevistador apresentaram um cenário social em que as diretrizes da Lei 10.639/2003 para o ensino de História ainda encontram-se ausentes, motivadas por uma série de elementos que foram elencados a partir do relato dos professores entrevistados.

Em decorrência dos relatos produzidos pelos professores de História, foi possível compreender que a aplicação da Lei 10.639/2003 encontra sérias dificuldades para ser implementada no currículo de História e, de uma maneira geral, na instituição de ensino pesquisada. Foi possível identificar problemas relacionados à explanação da Lei no âmbito escolar, problemas esses que permeavam a atuação da direção da escola e dos docentes, pelos materiais pedagógicos e livros didáticos que continuam a perpetuar uma estrutura de ensino baseado demasiadamente em função das grandes nações e dos eventos históricos, que envolvam o continente europeu e a história dos EUA, além da falta de mobilização dos profissionais da educação da escola para planejarem e promoverem projetos sobre as questões étnico-raciais e que expliquem a história da África e suas peculiaridades nas aulas de maneira contínua durante o ano letivo.

Contudo, compreende-se, pelos relatos co-construídos durante as entrevistas, a existência de uma carga de culpabilização, advinda do posicionamento da direção da escola, que não possibilita a promoção das questões étnico-raciais neste âmbito escolar. Conforme as falas de Alexandre e Marcelo a culpabilização para a não implementação da Lei 10.639/2003 no ensino de História na instituição de ensino incidiam sobre a responsabilidade dos gestores escolares.

Entretanto, reitero que a proposta primordial para esta pesquisa, a qual seria a compreensão da aplicação da lei 10.639/2003 no ensino de História nesta instituição de ensino localizada em Nilópolis, muito relaciona-se a minha história de vida e trajetória



acadêmica percorridas. Inicialmente por ser morador da Baixada Fluminense, acreditando na relevância do pesquisador nativo de estar próximo do cenário de sua pesquisa e de alguma maneira poder contribuir com a discussão das questões sociais que permeiam este espaço, aqui nesta pesquisa, as questões relativas ao processo de implementação da lei 10.639/2003 em ambientes institucionais, mais especificamente no município de Nilópolis. Tratando-se da instituição de ensino em si, foi nesta mesma escola que pude realizar os estágios no período da minha graduação em História, e por lá tive a oportunidade de conhecer profissionais admiráveis e sujeitos que passaram a fazer parte do meu convívio pessoal. Então, ao revisitar a instituição para o desenvolvimento desta pesquisa, não houve, em nenhum momento, a intenção de buscar histórias que pudessem incriminar algum profissional ou que se colocasse em xeque o posicionamento dos docentes ou dos gestores desta escola, apesar de saber que estas informações estavam sujeitas a aparições nos relatos dos professores. Acredito que a pertinência de um trabalho interpretativo e exploratório não estará somente na produção e geração dos dados e das informações obtidas com a pesquisa, mas principalmente nas ações que surgirão a partir destas análises, para a melhoria dos problemas encontrados, em nosso caso, na contribuição, juntos aos docentes, de propostas que possam favorecer a discussão das questões étnico-raciais no espaço escolar e da aplicação da lei 10.639/2003 no ensino de História.

Desse modo, vislumbro que os esforços para o desenvolvimento da pesquisa não se restrinjam somente à produção da escrita deste artigo. Para isso, buscarei dar continuidade na prática às sugestões e reflexões esboçadas nesta pesquisa, seja por intermédio de encontros e debates com os profissionais da educação da instituição de ensino pesquisada, com vistas à superação dos problemas relacionados à prática do ensino de História e de iniciativas que possam favorecer a explanação das questões étnico-raciais e da lei 10.639/2003 na referida instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, Brasília, MEC, 2004.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, 20 de novembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

_____. Lei nº10.639. *Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino.* Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado, 1988.

DENZIN, K. e LINCOLN, Y. “Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa”. In: _____. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.* Porto Alegre: Artmed, 2006.

GARCEZ, P.M., BULLA, G.S e LODER, L.L. *Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos.* DELTA, 2014, p. 254-288.

GARCEZ, P.M. *Regulamentação ética em pesquisa com seres humanos específica para as Ciências Humanas e Sociais no âmbito do Ministério da Saúde do Brasil: descaso, desconhecimento, confronto, diálogo e ruptura.* Biblioteca Virtual da ANPOLL, 2015.

GOFFMAN, E. *Análise de quadro.* Nova York: Harper e Row, 1974.

GOFFMAN, E. “*Footing*” In: RIBEIRO, B.T e GARCEZ, P.M. *Sociolinguística Interacional.* São Paulo: Edições Loyola, [1979] 2002.

LABOV, W. L e WALETZKY, J. *Língua no interior da cidade : estudos no vernáculo negro inglês .* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972 .

*Recebido em setembro de 2017
Aprovado em dezembro de 2017*



ANEXO 1 – ENTREVISTA ALEXANDRE

1- 2- 3- 4- 5- 6- 7- 8- 9-	Bruno	Então Alexandre, o motivo dessa entrevista é com o intuito de... nós podemos estar..., através da entrevista que você está concedendo para esta pesquisa, se a Lei 10.639 está sendo aplicada, na instituição de ensino em que você atua como professor de História? I... como o ensino de História dentro do currículo do Estado (Rj), é... está contribuindo para a que a Lei possa estar sendo implementada, é... eu gostaria de estar verificando nesse primeiro momento no ensino de História, como esta Lei está sendo aplicada na instituição de ensino?
13- 14- 15- 16- 17- 18- 19- 20- 21- 22- 23- 24- 25- 26- 27- 28- 29- 30	Alexandre	É... as diretrizes da Lei 10.639 vem a demonstrar o quanto o currículo de História precisa de modificações, é... principalmente em relação a história da África. Eu particularmente ainda vejo uma movimentação bem tímida na instituição de ensino em relação à aplicação da Lei. Ainda assim, podemos considerar que desde o momento da criação da Lei, até os dias de hoje, é... os livros didáticos de História não acataram de certa forma as obrigatoriedades da Lei, é... e principalmente as contribuições das populações africanas na formação da sociedade brasileira. I... essa abordagem em relação a história da África NÃO é realizada como deveria ser ou que como pelo menos, a Lei obriga essa nova abordagem. Ainda encontramos um grande preconceito nas narrativas desses povos africanos, i... quando são descritas as suas histórias, é... se relacionam a passagens é... que não abordam com a especificidade que deveria ser realizada. São histórias parciais e principalmente superficiais em relação ao continente africano, que conseqüentemente, acredito que geram preconceitos justamente pela falta de conhecimento.



31- 32- 33- 34-	Bruno	E em relação ao corpo docente, dos professores de História da instituição de ensino, como você...observa a atuação desses ouros professores em relação a aplicação da temática nas aulas, e de certa forma nas rotinas escolares da instituição de ensino?
35- 36- 37- 38- 39- 40- 41- 42- 43- 44- 45- 46- 47-	Alexandre	O que eu posso dizer dos docentes de História, é... e eu me incluo neste posicionamento, é que buscamos cumprir as obrigatoriedades previstas na Lei, em relação ao ensino de História. Dificuldades são imensas, é... precisamos organizar uma abordagem mais aprofundada, para os assuntos que não tratem com propriedade a história das sociedades, e dos costumes, da política, é... e da economia das sociedades africanas e tentando buscar colocá-la em prática nas aulas, principalmente quando os assuntos não são tratados nos livros didáticos, neste caso nos de História. De uma forma geral, os professores de História sabem que a Lei não está sendo cumprida ou respeitada, mas dentro das possibilidades de cada professor, é... existe a busca para que a Lei 10.639 possa estar presente nas aulas de História.
48- 49- 50- 51- 52- 53-	Bruno	Bom Alexandre, e com relação a direção da instituição de ensino, você... avalia, você observa que a atuação dos profissionais que estão à frente da direção, é... com certo engajamento em relação à busca pela implementação dentro da própria instituição, ou você não percebe essa mobilização, é... para que possa ser efetivada as diretrizes da Lei na própria instituição de ensino?
54- 55- 56- 57- 58- 59-	Alexandre	Eu consigo perceber que a direção da escola, não se posiciona como deveria se posicionar, é... não que atuem ou melhor que não liguem para as diretrizes da Lei, mas acho que há um RELAXAMENTO, para a proposta de atividades, que de certa forma, que possam contribuir para uma explanação da Lei na escola, e para alunos e professores em geral. Acho que o posicionamento da direção



60- 61- 62- 63- 64-		escolar é muito importante para motivar o quadro docente da escola e também para criar possibilidades e oportunidades de se desenvolver projetos para a melhoria da divulgação da Lei e de iniciativas de um modo geral, é... para colocar em prática nas aulas das demais disciplinas.
65- 66- 67- 68- 69-	Bruno	E em relação a sua formação, é... no período em que você cursou a licenciatura em História na universidade, você... no seu currículo você teve a oportunidade de ter a disciplina da história da África, essa disciplina contribuiu para que você pudesse estar colocando em prática as diretrizes da Lei nas suas aulas?
70- 71- 72- 73- 74- 75- 76-	Alexandre	Eu me formei em 2004, e a Lei ainda não contemplava para o currículo da universidade em licenciatura em História, o estudo da história da África. Formalmente foi em 2007 que tive o prazer de aprofundar meus conhecimentos em relação às sociedades africanas. Foi um curso de especialização que me ajudou BASTANTE em ter o conhecimento que não foi possível obter na faculdade em relação a história da África.
77- 78- 79- 80- 81- 82-	Bruno	I... na instituição de ensino você já percebeu algum caso de racismo entre os alunos, ou de algum posicionamento de algum professor que pudesse ter se aproximado a algum posicionamento racista a algum outro componente da própria escola, entre os próprios alunos? Você conseguiu perceber, ou teve alguma participação intervindo em alguma situação?
83- 84- 85- 86- 87- 88-	Alexandre	Com relação ao racismo no dia-a-dia na escola, na instituição de ensino, é... não é muito difícil você..., quando passa pelo corredor ou quando se senta à mesa com os professores, é... nos momentos de intervalos e reuniões, é... saber de algum caso entre alunos que... possa ser considerado racismo, através de apelidos, é... através de xingamentos, i... não é muito difícil. E o nosso posicionamento



89-		como docente é sempre tentar REPRIMIR esse tipo de conduta dos alunos, visando né sempre da melhor forma trazendo para o campo da discussão, para o campo do debate essas questões.
90-		
91-		
92-		

ANEXO 2 – ENTREVISTA MARCELO

1-	Bruno	Olá, Marcelo! Então, como nós estivemos conversando, em relação a concessão dessa entrevista, é... a nossa intenção como pesquisador aqui, nesse momento, é.. estar verificando através da sua análise, na instituição de ensino em que você é professor, professor de História, como é..., está se processando a aplicação da Lei 10.639, que fala na obrigatoriedade do ensino de História, especificamente nessa análise aqui no currículo de História, sobre a cultura afro-brasileira, e como está sendo inserida essa abordagem sobre a história da África no ensino de História? Eu gostaria que você pudesse, é... estar através da sua análise de professor, e como profissional da instituição está se processando ou não a aplicação da Lei 10.639 no currículo de História?
2-		
3-		
4-		
5-		
6-		
7-		
8-		
9-		
10-		
11-		
12-		
13-	Marcelo	A aplicação da Lei 10.639, encontra muitas dificuldades para ser implementada no currículo de História. Eu digo isso porque os livros didáticos de História, ainda continuam cheios de DISCRIMINAÇÃO e preconceito em relação a África. A estrutura do ensino de História, é..., sofreu poucas modificações em relação às narrativas históricas. Valoriza-se ainda muito a história das grandes nações e principalmente a do continente europeu, e a própria história dos Estados Unidos. Enquanto isso, a..., nós observamos como professores de História, observamos a África e a história dos povos negros, são RELATADAS a partir do contato com essas civilizações europeias. E portanto, é... eu percebo que a história, em relação a
14-		
15-		
16-		
17-		
18-		
19-		
20-		
21-		
22-		
23-		



24- 25-		história da África é totalmente preconceituosa e infelizmente discriminatória.
26- 27- 28- 29- 30- 31-	Bruno	Entendo. É..., e como você observa a relação dos outros professores de História da instituição, é no que tange especialmente a Lei 10.639 no ensino de História. Como no caso você observa, como essa abordagem é feita pelos outros professores, se é que você pode confirmando ou apontado, se há uma preocupação em estar cumprindo as obrigatoriedades da Lei?
32- 33- 34- 35- 36- 37- 38- 39- 40- 41- 42- 43- 44- 45-	Marcelo	Em relação aos docentes, em específico aos professores de História, é..., consigo perceber um esforço para suprir essa defasagem do currículo de História e também dos materiais pedagógicos, especificamente dos livros didáticos. E nós como professores, pelo menos eu posso falar, em relação aos professores de História, que nós nos comprometemos a partir do conhecimento que adquirimos em nossa carreira profissional e no período que estudamos nas universidades, na carreira acadêmica, seja por curso que fizemos ou por informações em outras fontes de estudo, e dessa maneira buscamos trazer para a rotina escolar, e principalmente para o conhecimento dos alunos e cumprir o que a Lei 10.639, é... esclarece sobre a história da África e dos povos africanos em relação a temática, e como deveria ser abordado dentro do ensino de História.
46- 47- 48- 49- 50- 51-	Bruno	É... Marcelo, no caso... em relação a direção da escola, você no caso poderia dizer, se há u envolvimento, há um engajamento em relação a direção da escola para que, a Lei 10.639, ela possa ser IMPLEMENTADA, é... no dia-a-dia da escola, ou você não consegue perceber um maior envolvimento que poderia contribuir para a explanação da Lei dentro da própria escola?



52- 53- 54- 55- 56- 57- 58- 59- 60- 61- 62- 63- 64- 65- 66-	Marcelo	No que diz respeito a direção da escola, eu diria que falta planejamento para as questões específicas da Lei 10.639. Para que eu possa dizer, é... desses profissionais que estão à frente da direção da escola, que estão abertos tá... às opiniões, e que pela grande demanda de tarefa, talvez possam deixar a desejar em algumas questões, e a Lei é uma delas. Infelizmente, como podemos dizer, a mobilização na escola em relação a história dos negros e da cultura afro-brasiLeira, em geral, por exemplo em relação ao dia 20 de novembro, ou alguma outra notícia que a mídia possa estar divulgando, e que esteja muito divulgada nesse momento, é que essas questões passam a ser discutidas na escola. Nós não temos engajamento ou pelo menos um histórico de ESTAR, é... trazendo o assunto da Lei 10.639 para as rotinas escolares, em função de muitos, do que posso dizer, (...) que possam permear as rotinas dessa instituição de ensino.
67- 68- 69- 70- 71- 72- 73-	Bruno	Ok... Marcelo, em relação a sua formação, é... você acha que a formação que você recebeu no período da universidade, da faculdade, pôde contribuir para que você pudesse nas aulas de História, estar podendo abordar com propriedade a história da África nas aulas, ou você, teve que pelas circunstâncias, estar recorrendo a outras situações, a outros cursos a outras fontes para buscar mais informações?
74- 75- 76- 77- 78- 79- 80- 81-	Marcelo	Particularmente, eu não tive a oportunidade de ter a Lei 10.639 no currículo acadêmico. Eu me formei em 2006, e posteriormente pude fazer um curso de extensão, porque era da minha vontade, e eu gostaria de estar aprimorando meu conhecimento sobre a Lei 10.639, e foi a partir deste curso que eu pude ter um maior esclarecimento sobre a história da África, e dos povos negros, e... da sua real importância para a História, e para a sociedade brasiLeira em geral. Claro que outras informações eu pude trazer de outras Leituras que



82- 83-		realizei, e desta forma, eu tento trazer na medida do possível, esse conhecimento para as aulas de História.
84- 85- 86- 87- 88-	Bruno	E relação ao caso de racismo, você vivenciou algum caso de racismo, presenciou dentro da instituição de ensino, ou que houvesse no caso, ou, alguma participação direta que você presenciasse ou que pudesse ter escutado de outro professor na própria instituição de ensino, algum relato de racismo?
89- 90- 91- 92- 93- 94- 95- 96- 97- 98- 99- 100- 101- 102- 103- 104- 105- 106-	Marcelo	Em relação ao racismo em si, dentro da instituição de ensino, é... os nossos alunos, a maioria deles são negros ou pardos, pretos ou pardos, i... o que eu posso dizer é que existem brincadeiras, entre eles, que possam ser taxadas de forma pejorativa, em relação ao preconceito a etnia negra, i... realmente possa estar colaborando para a perpetuação, se assim podemos dizer, do racismo na sociedade brasiLeira. Brincadeiras como chamar o outro de macaco ou então alguma outra situação que possa é..., se assim podemos dizer, que possam manchar a história do negro, ou então associá-los a coisas ruins, é como a maldição, mas eu percebo os alunos mesmos, eles tentam é... quando ocorrem esse tipo de brincadeira, eles leva pelo que percebo numa boa. E em relação aos professores sempre que existe (...) um tipo de situação que possa ocorrer essas desavenças (...), o professor não compactua com esse tipo de brincadeira. Eu tento esclarecer de acordo com os meus conhecimentos a maldade, se assim podemos dizer, os prejuízos que possa trazer a identidade negra e a sociedade brasiLeira em geral.

ANEXO 3 - CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

...	Alongamentos
-----	--------------



<u>Sublinhado</u>	Ênfase
MAIÚSCULA	fala em voz alta ou muita ênfase
[início de sobreposição de falas
]	final de sobreposição de falas
(())	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
“palavra”	fala relatada, reconstrução de um diálogo

Convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, (1974), incorporando símbolos sugeridos por SCHIFRIN (1987) e TANNEN (1989).